

TENDÊNCIAS NOS CURRÍCULOS DOS CURSOS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA AS SÉRIES INICIAIS¹.

CAMARGO, Arlete Maria Monte de. – UFPA – acamargo@ufpa.br

GT: 8 – Formação de Professores.

AGÊNCIA FINANCIADORA: CAPES

1. Situando a investigação

De forma recorrente os estudos sobre as políticas no campo da formação docente têm enfatizado que o conjunto de medidas adotadas pelo poder público nesta área está intimamente relacionado com a questão da melhoria da qualidade da educação, com ênfase na educação básica. Visando superar esse problema é proposto pelo Estado um conjunto de reformas educacionais, que buscam colocar o sistema educacional em sintonia com as mudanças econômicas e sociais hoje em curso e ao modelo de reestruturação produtiva, que marca a passagem de século (Popkewitz, 1997; Braslavsky, 1998; Oliveira, 2000; Catani *et al.* 2000).

Neste cenário, a escola, em especial a básica, precisa ser modificada para que possa se adequar às exigências da nova realidade. É dada ênfase na formação de professores considerada elemento fundamental para o desempenho desse nível de ensino, tornando-se as reformas educacionais condição necessária para a implantação de um novo projeto social (Torres, 1995; Freitas, 1999; Aguiar, 2000).

Diversas medidas foram implementadas no campo de formação de professores e grande parte dessas medidas, principalmente em países da América Latina, fundamentam-se em orientações emanadas dos organismos internacionais de financiamento, em especial o Banco Mundial (Torres, 1996; Fonseca, 2000; Oliveira, 2000). Os estudos sobre esse assunto evidenciam que a natureza das propostas apresentadas pelo referido organismo têm estimulado uma lógica na qual a relação custo-benefício é privilegiada, em detrimento de padrões de qualidade que têm sido enfatizados nas reivindicações do movimento de educadores e da produção do conhecimento na área educacional.

Essas orientações irão repercutir, sobremaneira, nas políticas desenvolvidas em diferentes países com os quais o Banco Mundial se relaciona, dentre eles o Brasil, contribuindo para a definição das políticas educacionais, sobretudo se considerarmos as

¹ Trabalho elaborado a partir de tese de doutorado defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação da UFMG.

prioridades que vêm sendo observadas no financiamento de projetos na área social pelo referido organismo, e, que dizem respeito mais especificamente aos projetos educacionais.

Nesse contexto, a partir da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em 1996, foi editado um conjunto de regulamentações relacionadas à formação inicial de professores que passamos a destacar: a regulamentação dos Institutos Superiores de Educação e de cursos emergenciais (com o objetivo de qualificar os professores que já vinham atuando nas redes de ensino); a criação dos Cursos Normais Superiores; e a elaboração de diretrizes curriculares para os cursos de formação de professores. As ações apontadas incluem, entre outros aspectos, a valorização do componente da “prática educativa”, o desenvolvimento de competências e o aproveitamento da experiência docente (no caso de o discente já ter experiência no magistério).

O movimento de reforma educativa em curso, no quadro da construção de um novo projeto de sociedade que busca inserir o país na nova ordem mundial, coloca o currículo como um dos espaços centrais destas reformas, uma vez que na definição do currículo se travam lutas decisivas pela hegemonia de certas idéias e valores referentes ao significado dado à formação inicial. Em se tratando de uma política curricular, como macrodiscurso, o currículo tanto expressa as visões e os significados do projeto dominante quanto ajuda a reforçá-lo, dando-lhe legitimidade e autoridade (Silva, 1999: 29). Daí a importância estratégica de se definir as orientações curriculares que irão prevalecer em um determinado contexto de escolarização.

Mais recentemente, nas políticas curriculares implantadas após a nova LDB ganha relevância a idéia do ensino baseado em competências, concepção que tem sua origem nos processos de formação oriundos da educação profissional. Além disto, há um conjunto de influências oriundas da literatura e de pesquisas sobre a formação do professor (Schön, Nóvoa, Perrenoud, Zeichner) que se reflete em projetos, debates teóricos e nos currículos, além da própria experiência e da cultura das instituições escolares.

Um outro aspecto a ser considerado na definição dos currículos no campo da formação docente é a participação decisiva do movimento nacionalmente organizado de educadores, especialmente a Associação Nacional pela Formação dos Profissionais em Educação - ANFOPE, a qual vem por meio de uma concepção sócio-histórica teorizando e formulando propostas para a formação docente podendo igualmente

influenciar as instituições voltadas para a formação de professores, sobretudo os cursos de Pedagogia.

Considerando as múltiplas influências existentes no campo da formação de professores, além do reconhecimento da importância estratégica atribuída a esse campo, sobretudo no que diz respeito à definição do currículo pré-ativo (Goodson, 1995:21) para a viabilização de um determinado projeto educacional é que desenvolvemos estudo direcionado para a compreensão das mudanças ocorridas no currículo dos cursos de formação de professores, tendo como referência os primeiros anos da escolaridade (séries iniciais do Ensino Fundamental), e os textos produzidos no âmbito do currículo.

Em linhas gerais, este estudo teve como foco central a análise do processo de mudança nas concepções curriculares nos cursos de formação de professores das séries iniciais do ensino fundamental em nível superior, privilegiando as políticas educacionais formuladas na última década e a literatura sobre o assunto produzida por acadêmicos e por associações de docentes. Para isto pretendeu-se alcançar os seguintes objetivos:

- Analisar os discursos veiculados em textos oficiais, textos acadêmicos e oriundos dos movimentos sociais organizados sobre currículos de formação de professores em nível superior para os anos iniciais da escolaridade;
- Caracterizar o contexto no qual novas formulações são produzidas, evidenciando as tensões, conflitos, bem como as mediações presentes no processo de elaboração das novas propostas curriculares.

Considerando que a perspectiva deste estudo é a de analisar discursos, foi utilizada uma abordagem de investigação que considere a natureza discursiva constituidora do *corpus* de estudo. A noção de discurso aqui tomada como referência ultrapassa seu aspecto linguístico propriamente dito. O foco da análise desenvolvida está voltado para o conteúdo e o contexto da linguagem.

Para Brandão (1995: 12), a linguagem é o lugar de conflito, de confronto ideológico, a qual não pode ser estudada fora da sociedade uma vez que os processos que a constituem são histórico-sociais, não sendo adequado o seu estudo fora das condições onde foram produzidos.

Neste sentido foram úteis as contribuições de Michel Foucault (2000) acerca da noção de discurso. A adoção da noção de discurso com base em Foucault implica em admitir a idéia do discurso ativamente constituindo ou construindo a sociedade em suas várias dimensões, além de incorporar o entendimento de que há uma interdependência

entre as diferentes práticas discursivas de uma sociedade ou instituição. (Fairclough, 2001: 64).

Ao se referir a interdependência entre as diferentes práticas discursivas, Foucault está com isso admitindo que os textos sempre recorrem a outros textos contemporâneos ou historicamente anteriores e os transformam. Desta forma qualquer tipo de prática discursiva é gerado de combinações de outras práticas e é definido pelas suas relações com outras práticas discursivas. (Idem).

A perspectiva apontada neste estudo é ainda a de analisar e identificar confluências e divergências em diferentes textos, procedentes de fontes autorais distintas, que possibilitem compreender com quem estes textos dialogam, de que lugares são produzidos, para quem se dirigem, de modo a explicitar o processo de recontextualização existente nas concepções curriculares que veiculam.

A idéia de recontextualização é aqui utilizada tendo como base as teses de Basil Bernstein (1996), segundo o qual teorias, concepções filosóficas, uma nova idéia no campo intelectual sofrem alterações, muitas vezes fundamentais, quando são convertidas em discurso pedagógico, em um novo texto produzido no âmbito da pedagogia.

Em relação ao contexto e participantes buscamos comparar os conceitos recorrentes em textos situados em dois espaços discursivos: aqueles produzidos nos espaços discursivos oficial e os formulados especificamente pela ANFOPE. A partir do confronto dessas duas formulações, é que demos prosseguimento à análise propriamente dita dos currículos das instituições de ensino superior selecionadas no estado do Pará, foco da investigação..

O critério para inclusão das instituições escolhidas neste estudo é o fato de estas terem criado cursos de formação de professores no período estudado ou terem reformulado o currículo de curso de formação de professores para as séries iniciais do Ensino Fundamental, no período compreendido entre a década de 90 e os primeiros anos desta década (até 2002), tendo como referência, a realidade específica do Estado do Pará, onde atuamos profissionalmente, e que apresenta ainda um índice significativo de professores sem nível superior. Este critério se relaciona com o entendimento de que, em regiões cujo quadro apresenta maior precariedade tanto na oferta de cursos de graduação quanto na qualificação docente, as instituições são mais suscetíveis à adoção de programas de formação que incorporem as orientações oficiais, uma vez que não tem

ainda uma cultura de formação docente em nível superior para as séries iniciais do ensino fundamental mais bem estabelecida, ou melhor, sedimentada.

Além disso, o estudo teve como referência a escolha de instituições que ofereçam o curso na cidade de Belém, onde estão sediadas, considerando a viabilidade no acesso às informações.

Na medida em que se trata de um estudo que busca analisar as mudanças nos discursos das instituições formadoras, foram coletados, nas instituições selecionadas, exemplares das duas últimas propostas curriculares de formação, contendo o discurso de fundamentação do projeto.

Por fim há que se levar em consideração a própria experiência e a cultura das instituições escolares conforme já explicitado anteriormente. Sobre esse último aspecto tomamos como referência entrevistas realizadas por integrantes do corpo docente de cada uma das instituições estudadas, para que pudéssemos melhor compreender as especificidades de cada proposta curricular.

Os elementos do currículo que foram analisados são os seguintes: objetivos da proposta, a seleção dos conteúdos; a organização do currículo (por disciplinas, currículo integrado, ensino propedêutico, ensino profissionalizante, formação humana, ensino por competências); estrutura do currículo: disciplinas de conteúdo / disciplinas pedagógicas; relação teoria-prática; organização do estágio curricular e a inclusão da pesquisa como elemento na formação.

2. O discurso sobre a formação docente no Brasil

Identificar os fatores que ajudam a dar forma ao discurso sobre a formação inicial do professor para os primeiros anos da escolaridade foi uma das preocupações centrais na elaboração desta investigação. Entre estes fatores, destacamos como intimamente imbricados: o processo histórico ocorrido na formação inicial desses professores no Brasil e em especial as tendências que foram predominantes no processo de formação, os locais que foram privilegiados como instâncias formadoras, as principais implicações decorrentes destas instâncias no campo do currículo; a tradição na área, o teor das experiências desenvolvidas em âmbito internacional, que têm influência no que é proposto no Brasil e, conseqüentemente, nas abordagens desenvolvidas sobre a formação inicial de professores no âmbito da produção científica, além do papel desempenhado pelos movimentos sociais organizados no campo da educação.

Em relação ao discurso sobre a formação de professores para as séries iniciais no Brasil podem ser identificadas diferentes tendências que procuraram em distintos momentos privilegiar o estudo dos conteúdos curriculares específicos do nível de ensino no qual o futuro professor iria atuar, ou aqueles que abrangeriam os chamados conteúdos pedagógicos. No entanto, observa-se que prevaleceu nos chamados Cursos Normais a preocupação com conteúdos de natureza metodológica na formação do professor das séries iniciais. Isto porque estes últimos foram elevados prioritariamente no currículo desses cursos, a partir do chamado movimento de Escola Nova que procurou focar os componentes educativos, sobretudo de natureza metodológica. (Cunha, 1999:41).

As diferentes influências que marcaram os cursos normais ao longo do século XX igualmente se fizeram presentes no curso de Pedagogia, curso que vem se dedicando à formação de professores para as séries iniciais e foram ainda marcadas pela complexa discussão acerca da identidade do curso.

Em relação a esse curso prevaleceu durante muito tempo o entendimento de que para o exercício das funções docentes não havia a necessidade de inclusão de conteúdos relativos ao ensino primário (Brzezinski, 1999: 91), entendimento que perdurou ao longo de muitos anos, e que passa a sofrer modificações em especial a partir da aprovação das novas diretrizes curriculares para os cursos de formação de professores.

Mais recentemente ganha força no campo do currículo o entendimento de que é necessário adequar os processos formativos incluindo os conteúdos das áreas que serão objeto de atuação do professor, ou seja, de inclusão dos conteúdos relativos ao nível de escolarização no qual o futuro professor irá trabalhar.

Em relação à análise da produção científica no campo da formação inicial de professores ²para os primeiros anos da escolaridade pudemos constatar uma maior incidência de artigos, teses e pesquisas que abordam questões sobre a Escola Normal (nível médio), sobretudo no campo da história da educação, se comparada à produção sobre o curso de Pedagogia. Isto pode revelar certo grau de dificuldade em analisar um curso que passou por tantas transformações, e também pelo fato de ser um curso relativamente recente e em consolidação. Além disso, a questão relativa à formação

² Feita a partir de pesquisa sobre o Estado do Conhecimento da Formação de Professores no Brasil (1990-1998) realizada pelo COMPED (Comitê dos Produtores da Informação Educacional) e ANPED (Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação).

inicial de professores para os primeiros anos da escolaridade não aparece como uma temática priorizada nos trabalhos sobre o processo formativo que ocorre nesse curso.

A produção analisada revela que as preocupações dos pesquisadores estiveram voltadas para questões que envolvem discussões mais amplas acerca da formação do educador, e, nesta esfera, a questão específica do estatuto do curso de Pedagogia. Mais recentemente, essa preocupação se acentuou face às conseqüências das medidas tomadas pelas políticas governamentais, pelo debate que vem sendo travado pelos movimentos organizados, instituições públicas acerca do perfil que deve nortear a formação do pedagogo.

As orientações curriculares sobre a formação de professores tomadas neste estudo como um campo discursivo, entendido como um conjunto de formações discursivas que se encontra em relação de concorrência, em sentido amplo, e se delimitam, por cada uma delas ocupar uma posição enunciativa em uma dada região (Maingueneau, 1997:116).

Durante o processo de tramitação das diretrizes curriculares para formação de professores identificamos duas posições enunciativas que constituíram assim, no dizer de Maingueneau (Idem), dois espaços discursivos: um primeiro que se traduz nas orientações oficiais; e outro que explicita a intenção de se contrapor às posições oficiais representado pelos movimentos sociais organizados, em especial a Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação – ANFOPE.

Em relação ao espaço discursivo, aqui denominado como da orientação oficial, sua posição se expressa através de um conjunto de documentos como anteprojetos, pareceres, projetos, resoluções e decretos de responsabilidade do Ministério da Educação – MEC, Conselho Nacional de Educação – CNE. Dentro deste conjunto, incluímos igualmente outros documentos que, na ausência de outra categorização, denominaremos documentos de natureza paraoficiais, que contribuíram para a elaboração dos documentos oficiais relativos à questão. Seus elaboradores, intelectuais vinculados ao grupo hegemônico no âmbito do CNE e MEC, pretendiam com os mesmos, influenciar a redação final do texto de Resolução das referidas diretrizes.

Identificamos ainda outro espaço discursivo que se corporifica no discurso oriundo das manifestações de entidades organizadas, associações científicas, e que neste estudo foi prioritariamente representado pela ANFOPE. Os documentos produzidos pelas referidas entidades são de fundamental importância para compreendermos como o debate ocorreu, considerando o caráter interdiscursivo dos textos analisados.

A partir da análise do conjunto de documentos já mencionados, buscamos captar alguns conceitos que pela sua recorrência entendemos como centrais para a compreensão do campo discursivo estudado, o que não quer dizer que não possam existir outros. Desta forma, foram analisados conceitos relativos à base comum nacional, desenvolvimento de competências, modelo e organização das instituições formadoras, prática educativa, novas funções assumidas pelo professor, definição de conteúdos e organização curricular, os quais se evidenciam no conjunto das novas orientações curriculares que vêm sendo difundidas no contexto da nova lei, contribuindo dessa forma para a reconfiguração do campo discursivo.

Os espaços discursivos analisados – o da ANFOPE e o das políticas oficiais estão geralmente em conflito. Há apropriações de idéias, sobretudo pelo espaço discursivo oficial, o que levanta a necessidade de uma contraposição por parte da ANFOPE. É lógico que não se trata apenas da apropriação de certos conceitos, mas da criação de novos enunciados.

Ao passarem de um espaço para outro, estas formações discursivas são relocaladas em outras regiões onde seus significados são redimensionados pelo contexto em que se inserem. Talvez isso tenha motivado a impossibilidade de um consenso que levaria a uma maior definição sobre a natureza da formação do professor das séries iniciais.

3. Elementos constituintes dos currículos analisados

Para fins comparativos, procuramos discutir os cursos de acordo com a estrutura que apresentam. No entanto, como cada curso, apesar do grande número de matérias comuns, as divide em eixos temáticos diferentes, para fins de análise no final de cada curso estudado fizemos uma projeção de como o curso seria estruturado se fossem considerados eixos norteadores que basearam a proposta da ANFOPE e Documento da Comissão de Especialistas do MEC, utilizado em processos de credenciamento e reconhecimento de Cursos de Pedagogia. Tomamos como referência estes eixos por eles permitirem a organização dos currículos estudados de forma clara e pela organização didática que apresentam. Os eixos considerados foram: Fundamentos da Educação, Conteúdos do Ensino Fundamental, Organização do Trabalho Pedagógico, Prática Docente, Pesquisa e Estudos Independentes. Esses eixos foram assim definidos:

- Eixo Fundamentos da Educação: inclui estudos filosóficos, sociológicos, históricos, políticos, psicológicos, antropológicos que fundamentam à compreensão do

contexto da sociedade em especial da sociedade brasileira, educacional e escolar propriamente dito, das características culturais dos alunos e dos respectivos processos de desenvolvimento e aprendizagem, além dos estudos sobre a escola como espaço de trabalho educativo e das relações entre educação e trabalho.

- Eixo dos Conteúdos relativos ao exercício da docência na educação infantil ou nos anos iniciais do ensino fundamental: conteúdos específicos que compõem o currículo da educação infantil e das séries iniciais do ensino fundamental, incluindo as especificidades e particularidades deste nível de ensino e das respectivas metodologias de ensino.

- Eixo da Gestão e Organização do Trabalho Pedagógico: direcionado a subsidiar o professor para atuação nos diferentes níveis que se pode exercer a prática pedagógica seja na sala de aula, no sistema educacional e na sociedade.

- Eixo da Prática Docente: inclui componentes curriculares destinados a inserir o aluno no contexto do sistema escolar com o objetivo de iniciação profissional junto às escolas e instâncias educativas; estágio curricular supervisionado.

- Eixo de Formação para a Pesquisa: direcionado à iniciação à pesquisa.

- Eixo dos Estudos Independentes: possibilita o aproveitamento de conhecimentos adquiridos pelos alunos em estudos e práticas desenvolvidas em atividades curriculares complementares à integralização curricular; inclui ainda estudos que tem como objetivo a diversificação da formação.

Foi possível identificar a existência de dois tipos de curso voltados para a formação de professores para as séries iniciais do Ensino Fundamental: cursos de Pedagogia e o Curso de Formação de Professores, de natureza diferenciada dos primeiros. Uma outra constatação foi a oferta de currículos diferenciados voltados para a qualificação de professores leigos, em pelo menos duas das instituições estudadas, o que de alguma forma se relaciona com o que propõe a Lei 9394/96, no seu capítulo 61, quando se refere ao aproveitamento da formação e experiência anteriores em instituições de ensino para a formação em serviço.

No que diz respeito ao Curso de Formação de Professores, vinculado à universidade estadual, são evidentes as similaridades entre a proposta curricular do curso e as orientações curriculares posteriormente definidas para a formação de professores, sobretudo se levarmos em consideração pelo menos duas características que estão presentes no curso oferecido tanto na capital como no interior: a valorização dos componentes curriculares direcionados para os conteúdos da educação pré-escolar e

de 1ª à 4ª séries, denominados “Ensino Básico” e a ênfase nos componentes direcionados à prática educativa. Nosso entendimento é que essa proposta concebida no final da década de 80 antecipou uma tendência que viria a ser incorporada nas novas diretrizes curriculares para a formação de professores.

A primeira proposta, elaborada para Belém, pode ser caracterizada como de cunho mais pedagógico propriamente dito, guiando-se pela produção no campo da formação docente e na área de currículo. A segunda proposta intitulada Projeto Especial se caracteriza pela manutenção das prioridades no que diz respeito aos componentes da prática educativa, e ênfase nos conteúdos direcionados para as especificidades de educação infantil e séries iniciais, os quais foram ressignificados a partir das possibilidades de formação em serviço previstas na legislação produzida no âmbito da LDBEN.

Em relação aos cursos de Pedagogia que oferecem cursos voltados para a formação de professores para as séries iniciais, existem situações diferenciadas: em uma das instituições estudadas – universidade pública federal, o currículo do curso em vigor é o mesmo seja para as turmas ofertadas em Belém e para os cursos em convênio. Já no outro caso, em universidade privada, constata-se a existência de três currículos diferenciados na mesma instituição (instituição de ensino superior privada). Em Belém existem duas ofertas denominadas: “Pedagogia, Ciência da Educação” e “Pedagogia, Magistério da Educação Infantil à 4ª série do Ensino Fundamental e Supervisão Escolar com ênfase em Educação Infantil”, além do curso ofertado aos convênios com os municípios do interior do estado.

Uma constatação é comum no currículo das duas instituições: na configuração do currículo dos cursos de Pedagogia, contribuiu as opções curriculares feitas anteriormente, sobretudo através da influência da formação dos especialistas em educação iniciada na década de 70, o que acaba por contribuir para a criação de uma tradição (Goodson) dentro dessa perspectiva. Há desta forma, uma estreita vinculação entre os professores que atuavam no currículo anterior, seja nas disciplinas de fundamentação pedagógica ou nas habilitações, e a configuração que o currículo desses cursos assume.

A adesão aos princípios da ANFOPE é explicitada textualmente no corpo do Projeto Político Pedagógico do Curso de Pedagogia (1999) vinculado à instituição de ensino superior pública federal. Segundo esse documento para a concretização da nova formação profissional é necessária uma sólida formação teórica, um currículo em que

haja a unidade entre teoria/prática, implementação da gestão democrática, o compromisso social do educador, aliado ao trabalho coletivo e interdisciplinar e a incorporação da concepção de formação continuada. .

A proposta em vigor assume a formação de professores direcionada para a educação infantil e séries iniciais do ensino fundamental, e mantém a preocupação com a formação de professores para o ensino médio e para as diferentes dimensões do trabalho pedagógico em âmbito formal e não formal, através de núcleos de formação.

No que diz respeito à ênfase nos componentes curriculares direcionados para o conhecimento dos conteúdos específicos das séries iniciais e dos componentes curriculares direcionados para a prática pedagógica, podemos dizer que apesar de verificarmos mudanças qualitativas em relação ao currículo anterior, essa tendência ainda não foi predominante.

Em relação ao curso de Pedagogia vinculado à instituição de ensino superior privada, a diversidade observada no que diz respeito ao currículo do curso está relacionada à indefinição das diretrizes curriculares do curso de Pedagogia, aliado às dificuldades epistemológicas do campo da Pedagogia enquanto área de conhecimento. A resposta da instituição sobre qual o perfil do profissional a ser formado pelo curso é a manutenção de currículos diferenciados. Além disso, pareceu-nos igualmente importante a própria expectativa que se formou na população em potencial para os cursos de Pedagogia, que tendem a identificar o curso com a formação dos técnicos em educação. Esta demanda potencial a ser atendida no caso de uma instituição privada acaba por ser considerada.

O discurso pedagógico que é reproduzido no âmbito das instituições escolares se constitui por um conjunto complexo de relações entre os campos recontextualizadores e as posições no interior desses campos (Bernstein, 1996:279). Dito de outra forma, o que é reproduzido nesse âmbito é influenciado por discursos provenientes de outros campos, e que se reflete na incorporação das orientações da ANFOPE, das demandas provenientes do mercado de trabalho, e da recontextualização decorrente do contexto cultural específico de cada instituição escolar, acentuando assim a intertextualidade que marca as práticas discursivas assumidas pela instituição.

O currículo dos cursos de Pedagogia convive de modo mais acentuado com a perspectiva de atendimento às demandas de formação para atividades desenvolvidas fora do âmbito da sala de aula, de responsabilidade dos chamados especialistas em educação, funções tradicionais exercidas por pedagogos.

A análise do currículo dos cursos de Pedagogia evidencia ainda a dificuldade com a qual as IES selecionadas têm se defrontado para conciliar diferentes demandas na organização curricular dos cursos de formação de professores. Desta forma oscilam, pois ora tendem a privilegiar dimensões mais específicas da regência propriamente dita, ora a incluir dimensões que contemplem atuação profissional para além do âmbito da sala de aula. As funções exercidas pelos especialistas são agora ressignificadas pela influência da ANFOPE, distanciando-se do perfil anterior do curso de Pedagogia voltado para a formação por habilitações.

De um modo geral, podemos concluir que as novas orientações curriculares em vigor irão se traduzir no âmbito do currículo dos cursos analisados, sobretudo pela importância atribuída aos componentes curriculares voltados para os eixos curriculares Prática Docente e Ensino Fundamental, o que não corria anteriormente, sobretudo nos Cursos de Pedagogia. Isto, entretanto não representou uma menor importância de outros componentes curriculares que ao longo da história de cada instituição foram priorizados como é o caso do eixo Fundamentos da Educação ou ainda o eixo Organização do Trabalho Pedagógico.

4. ALGUMAS CONCLUSÕES

A emergência de novos padrões de escolarização coloca em xeque o modelo de formação inicial vigente, de modo especial, aquele direcionado para as séries iniciais, e em consequência traz a necessidade de revisão dos padrões tradicionalmente adotados, sobretudo no âmbito do currículo.

A elevação do nível de formação de professores para as séries iniciais, incentivada a partir da Lei nº 9394/96, não representa por si só melhoria na qualidade do ensino. Apesar de somente com a promulgação da nova LDB, essa exigência passar a vigorar, esse é um requisito que precisa ser observado e incentivado. A exigência de formação em nível superior para essa etapa (1ª a 4ª séries) do ensino fundamental pode contribuir para elevação teórica sobre o assunto, inclusive possibilitando um maior acúmulo de conhecimento nesta área. Existe uma parca literatura neste campo, conforme análise sobre a produção científica direcionada para o mesmo.

Outro argumento que levamos em consideração é o de que não é possível que a exigência de formação de professores em nível superior se restrinja apenas aos últimos anos do ensino fundamental e ensino médio, considerando que a especificidade da ação docente nas séries iniciais, enseja igual cuidado e rigor no processo formativo. No

entanto o que se observa é uma tendência em âmbito internacional de reduzir a formação inicial, em favor da formação continuada e favorecendo a adoção de exames de certificação.

Ficou claro que no processo de recontextualização pelo qual passam os currículos, tem grande peso a cultura e a orientação política das instituições, possibilitando que cada uma delas apresente suas similaridades, o que enfim forma a identidade de cada uma delas.

As conseqüências da criação dos ISES e dos Cursos Normais Superiores na definição do modelo e organização institucional e no currículo das instituições estudadas podem ser caracterizadas como de relativo impacto no plano formal. As instituições estudadas, não re-criaram novos modelos de formação a partir das normas legais, mas o que se constata é que essas orientações acabaram por interferir na dinâmica das discussões que se desenvolveram no caso de cada instituição, como foi o caso do Curso de Pedagogia vinculado à IES pública federal, retardando em alguns casos definições sobre o currículo do curso de Pedagogia, vinculado à IES privada, ou colocando em xeque opções já feitas anteriormente no Curso de Formação de Professores, em processo de reestruturação curricular.

De um modo geral os currículos dos cursos de formação de professores analisados neste documento foram influenciados pelo do campo discursivo relativo às orientações oficiais, o que se traduz na evidência dada aos componentes curriculares voltados para os eixos curriculares Prática Docente e Conteúdos do Ensino Fundamental. Outra influência igualmente importante é proveniente do espaço discursivo construído pela ANFOPE, e que levou à incorporação de conceitos como base comum nacional e trabalho pedagógico, sobretudo nos cursos de Pedagogia. O reconhecimento dessas influências não significa dizer que outras não possam coexistir no âmbito da formação de professores das séries iniciais. Como foi visto ambas as influências – a oficial e a da ANFOPE, são recontextualizadas segundo a cultura das instituições.

Os currículos dos cursos analisados estão voltados para a formação do professor para a educação infantil e das séries iniciais, não havendo separação entre essas duas instâncias da formação de professores. Essa situação contribui a nosso ver para que não se enfatize de modo desejável as especificidades de cada um destes níveis.

Confirma-se a tendência em desenvolver cursos de formação em serviço, observada em âmbito internacional e incentivada pelo Banco Mundial, em países em

desenvolvimento e que está inserida dentro da lógica que privilegia a relação custo-benefício, com o aproveitamento da experiência docente e da formação de nível médio. Um outro argumento importante para a redução da carga horária dos cursos ou para a intensificação na oferta dos mesmos, está relacionado com o fato de serem cursos direcionados para atendimento das demandas das prefeituras do interior do estado, que previam o alcance em curto prazo das exigências de qualificação docente, a que os governos municipais deveriam atender.

Em relação ao ensino por competências sua influência pode ser traduzida nas práticas curriculares estudadas na medida em é possível observar uma ampliação das cargas horárias em componentes curriculares mais propícios a desenvolver atitudes relacionadas com a capacidade de agir eficazmente em uma determinada situação.

Várias tendências se fazem presentes na realidade paraense e que podem igualmente ser encontradas na realidade brasileira: o caso mais típico é o do curso de Pedagogia vinculado à IES privada que convive com propostas curriculares diferenciadas, reflexo das possíveis mudanças implementadas nos cursos de formação de professores para as séries iniciais do Ensino Fundamental e das indefinições que ainda perduram em relação às possibilidades formativas do curso de Pedagogia.

O que se observa é que essas influências se fizeram notar no caso acima mencionado, sobretudo no que diz respeito à adoção das recomendações oficiais no que diz respeito à ampliação dos componentes curriculares direcionados para à prática educativa e para a incorporação dos chamados conteúdos específicos das séries iniciais. Nesse sentido foi significativa a reconstituição do processo de aprovação do Curso de Pedagogia, ofertado nos municípios do interior do estado, onde foi possível observar a incorporação das diretrizes oficiais ao longo do trâmite desse processo no CNE/ MEC. Isso, entretanto não impediu que se fizessem igualmente presentes outras influências, como é o caso da ANFOPE, da própria trajetória do curso de Pedagogia na instituição, e das opções anteriormente desenvolvidas pela instituição, além da expectativa de mercado de trabalho instalada no âmbito da comunidade potencialmente candidata a uma vaga nesse curso.

A análise dos diferentes currículos evidencia a idéia de interdiscursividade, tendo em vista que é possível perceber no discurso desses textos a presença de tantos outros enunciados, oriundos de distintas formações discursivas, que ora se complementam, ora se opõem, ou ainda de outros que são silenciados, reafirmando

assim o entendimento de Foucault (2000) de que um enunciado supõe a existência de outros, num campo de coexistências.

Pode-se dizer finalmente que as propostas curriculares assumidas por estas instituições se caracterizam por múltiplas diferenciações que nos permitem constatar o caráter híbrido que norteia as práticas discursivas de cada instituição. Conforme já foi observado isso decorre de um conjunto de influências que tem marcado a história do curso de Pedagogia no Brasil: de um lado a influência das orientações propostas pela ANFOPE, de outro a presença das orientações oficiais que se expressam tanto no currículo direcionado para a formação de professores para a educação infantil e séries iniciais. Além disso, há que se considerar as posições diferenciadas dos grupos no interior das instituições, que contém elementos das orientações citadas acima, materializadas pelas crenças pessoais e que ocupam papel importante na recontextualização destes discursos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BERNSTEIN, Basil. **A estruturação do discurso pedagógico**. Petrópolis, Vozes, 1996.
- BRANDÃO, Helena H. Nagamine. **Introdução à Análise do Discurso**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 7ª edição.
- BRASLAVSKY, Cecília. La gestión curricular en las transformaciones y reformas educativas latinoamericanas contemporáneas. In WARDE, Mirian Jorge (Org.) **Novas políticas educacionais: críticas e perspectivas**. São Paulo: Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História e Filosofia da Educação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1998.
- BRZEZINSKI, Iria. Embates na definição da política da formação de professores para a atuação multidisciplinar nos anos iniciais do Ensino Fundamental: respeito à cidadania ou disputa pelo poder? **Educação e Sociedade**. Campinas: CEDES, n. 69, 1999.
- CATANI, Afrânio M., OLIVEIRA, João Ferreira de, DOURADO, Luiz Fernandes. *Mudanças no mundo do trabalho e reforma curricular dos cursos de graduação no Brasil*. Anais da XX Reunião Anual da ANPED, Caxambu: 2000.
- CUNHA, Marcus Vinicius. Três versões do pragmatismo deweyano no Brasil dos anos cinqüenta. São Paulo: **Educação e Pesquisa**, v. 25, nº 2, 1999.
- FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: UNB, 2001.

- FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.
- FREITAS, Helena, Costa Lopes de. A reforma do ensino superior no campo da formação dos profissionais da educação básica: as políticas educacionais e os movimentos dos educadores. **Educação e Sociedade**. Campinas: CEDES, n. 69, 1999.
- GOODSON, Ivor F. **Currículo: teoria e história**. Petrópolis, R.J.: Vozes, 1995.
- MAINGUENEAU, Dominique. **Novas tendências em análise do discurso**. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1997.
- NÓVOA, Antonio (coord.) **Os professores e a sua formação**. Lisboa; Publicações Dom Quixote, 1997.
- NÓVOA, Antônio (org.). **Profissão professor**. Porto: Porto Editora, 1995.
- OLIVEIRA, Dalila Andrade. *O Banco Mundial e as políticas de formação docente*. X Endipe. Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino. Rio de Janeiro, 2000. Texto completo em CD Room.
- PERRENOUD, Philippe, PAQUAY, Léopold, ALTET, Marguerite e CHARLIER, Évelyne (orgs.). **Formando professores profissionais: Quais estratégias? Quais competências**. Porto Alegre: Artmed Editora, 2001.
- POPKEWITZ, Thomas S. **Reforma educacional. Uma política sociológica. Poder e conhecimento em educação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.
- SILVA, T.T. **Documentos de Identidade; uma introdução às teorias do currículo**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.
- SCHÖN, Donald A. Formar professores como profissionais reflexivos. In NÓVOA, Antonio. **Os professores e sua formação**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1997.
- TORRES, Rosa Maria. Melhorar a qualidade da educação básica? As estratégias do Banco Mundial. In TOMMASI, L. D., WARDE, M. J. e HADDAD, S. (orgs.). **O Banco Mundial e as políticas educacionais**. São Paulo, Cortez, PUC - SP, Ação Educativa, 1996.
- _____ Tendências da formação docente nos anos 90. In WARDE, Miriam Jorge (organizadora). **Novas políticas educacionais; críticas e perspectivas**. São Paulo: Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História e Filosofia da Educação da PUC – SP, 1998.

ZEICHNER, Ken. Novos caminhos para o *practicum*: uma perspectiva para os anos 90.
In NÓVOA, Antonio. **Os professores e sua formação**. Lisboa: Publicações Dom
Quixote, 1997